

PExt no RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 122.930 - PB (2020/0012642-5)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
REQUERENTE : PALOMA DE OLIVEIRA LIMA
ADVOGADO : CARLOS MAGNO NOGUEIRA DE CASTRO - PB023937
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA
INTERES. : TAYNÁ DA SILVA SANTOS (PRESO)
ADVOGADO : TIAGO ESPÍNDOLA BELTRÃO - PB018258

DECISÃO

Trata-se de pedido de extensão, em favor de PALOMA DE OLIVEIRA LIMA, do benefício concedido à recorrente, que obteve a substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar (e-STJ fls. 143/151).

É o relatório.

Decido.

O art. 580 do Código de Processo Penal prescreve que, "[n]o caso de concurso de agentes [...], a decisão do recurso interposto por um dos réus, se fundado em motivos que não sejam de caráter exclusivamente pessoal, aproveitará aos outros".

Assim sendo, a extensão dos efeitos de benefício concedido a um corréu depende da demonstração de que não houve particularização dos fundamentos que não se apliquem aos demais.

No caso em tela, foi dado provimento ao recurso em *habeas corpus* para substituir a prisão preventiva da recorrente Tayná por prisão domiciliar, diante de sua condição de mãe de menor de 12 anos, benefício que foi negado na origem sem fundamentação em circunstância excepcional que seja apta a afastar o entendimento exarado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do HC n. 143.641/SP e as disposições do Código de Processo Penal a partir da publicação da Lei n. 13.769/2018, ante a ausência de emprego de violência ou grave ameaça nem prática do delito pela recorrente contra a sua descendência.

Verifico que os mesmos fundamentos utilizados para decretar a prisão preventiva e negar a prisão domiciliar à recorrente Tayná serviram para os mesmos fins

Superior Tribunal de Justiça

com relação à requerente Paloma (e-STJ fls. 21/22).

Paloma é mãe de uma criança menor de 12 anos de idade (e-STJ fl. 157), não praticou delito contra sua descendência e o crime a ela imputado não foi praticado mediante emprego de violência ou grave ameaça.

De rigor, portanto, a extensão do benefício da prisão domiciliar à corré em mesma situação fático-processual.

Ante o exposto, **defiro o pedido** de extensão para substituir a prisão preventiva de PALOMA DE OLIVEIRA LIMA por prisão domiciliar, sem prejuízo da aplicação de outras medidas cautelares que o Juízo de origem entenda cabíveis, bem como de nova decretação de prisão preventiva em caso de superveniência de novos fatos, nos termos da decisão de e-STJ fls. 143/151.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator